

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

REVISTA EMPREENDER

Ano 3, n.º 6, jul. a dez./2018

ISSN 2526-7116

COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO – CAMPUS XII

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018
ISSN 2526-7116

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

José Bites de Carvalho

Reitor

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC

Domingos Rodrigues da Trindade

Diretor

COLEGIADO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Fabício Lopes Rodrigues (Coordenador)

CONSELHO EDITORIAL

Euclides Santos Bittencourt (Mestre – UNEB)

Fabício Lopes Rodrigues (Especialista – UNEB)

João Hélio Reale da Cruz (Mestre – UNEB)

João Wilker Aparecido Guimarães da Silva (Especialista – UNEB)

Jussimara de Cássia Leite de Souza (Especialista – UNEB)

Rogério Santos Marques (Mestre – UNEB)

Vania Montalvão (Mestre – UNEB)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

João Helio Reale da Cruz

A responsabilidade sobre os artigos é integralmente dos seus respectivos autores.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

SUMÁRIO

ANÁLISE DA LEI 12.305/2010 – LEI FEDERAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS APLICADA AO MUNICÍPIO DE CANDIBA – BAHIA

Joelma Alves de Oliveira, Nésio Oliveira Silva.....04

IDENTIDADE, PAPÉIS SOCIAIS E CRIMINALIDADE: abordagens sobre criminalidade e pobreza no contexto brasileiro.

João Hélio Reale da Cruz.....27

ASSOCIATIVISMO COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O caso da comunidade remanescente quilombola de queimadas de Guanambi/BA *Dângelo José de Souza, Douglas Nunes Silva, Lucas de Souza Silva, Valter Aparecido Cotrim Leal.....36*

TEORIAS ADMINISTRATIVAS E AS ORGANIZAÇÕES: UMA POLIFONIA NECESSÁRIA.

Gilson de Jesus Souza.....50

ANÁLISE DA LEI 12.305/2010 – LEI FEDERAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS APLICADA AO MUNICÍPIO DE CANDIBA – BAHIA

Joelma Alves de Oliveira*

Nésio Oliveira Silva***

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar a Lei 12.305/10 no Município de Candiba-BA, explorar a literatura existente sobre a política nacional de resíduos sólidos e determinar em que momento da aplicação da lei o Município de Candiba se encontra. Assim, fez-se uma abordagem sobre as principais Leis ambientais, na esfera Federal, Estadual e Municipal e também demonstra as principais formas de destinação dos resíduos sólidos. Logo, adotou-se a pesquisa de cunho exploratória, no qual utilizou-se bibliografia gabaritada sobre o tema, *sítes* governamentais e privados, bem como entrevista com o Secretário de Meio Ambiente do Município estudado. Portanto o presente estudo demonstra em qual ponto o Município de Candiba-BA se encontra a luz da Lei.

Palavras-chave: Leis Ambientais. Candiba-BA. Resíduos sólidos

ANALYSIS OF LAW 12.305/2010 - FEDERAL LAW SOLID WASTE APPLIED TO MUNICIPALITY OF DE CANDIBA – BAHIA

Abstract

This work has object analyze the Law 12.305/10 the City of Candiba-BA, explore the literature existing on national solid waste policy and determining when law enforcement the City of Candib-Ba if finds. So, It was made a discussion of the mains environmentals laws, the Federal sphere, State and Municipal and also shows the main forms of disposal of solid waste. Therefore, it adopted the exploratory nature of search, in which it is used gabaritada bibliography over the theme, government and private sites, as well as interviews with the City Secretary of Environment studied. Therefore, the present study shows at what point the Candiba-BA City is the light of the Law.

Keywords: Environmental Laws. Candiba-BA. solid waste

*Acadêmica do 9º período do curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)-DEDC CAMPUS XII. E-mail: joelma_cba2009@hotmail.com

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

1 Introdução

O crescimento econômico e o desenvolvimento social têm gerado demandas que a sociedade contemporânea ainda não conseguiu equalizar. Uma dessas demandas se refere ao desenvolvimento sustentável, mais propriamente a produção de lixo e seu destino adequado.

No que tange ao parágrafo acima, inúmeros trabalhos acadêmicos, livros, congressos, palestras, painéis, estudos governamentais e privados, desde o início da revolução industrial, iniciada no século XVIII, procuram minimizar, ou sejam, encontrar uma saída, alternativa economicamente e socialmente viável para ambas as partes demanda populacional e capacidade de absorção natural pela terra os impactos que a produção de lixo, decorrente de necessidades, desejos e impulsos da demanda provocam diariamente.

Santos (1996) enfatizou o papel do Capitalismo Tecnológico e seu impacto no meio natural. Destacou que, hoje a natureza sofre, antes de qualquer coisa, um processo de instrumentalização.

Dessa forma com a mecanização dos sistemas de produção e o consumo exacerbado, conseqüentemente a produção de lixo, foi necessário criar leis para alcançar a sustentabilidade. A Constituição Brasileira de 1988 no seu artigo 225 prevê a obrigatoriedade do poder público e sociedade em cuidar e preservar o meio ambiente, preocupando com as gerações futuras.

No estado da Bahia rege a Lei nº 12.932/2014 que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), a qual estabelece parâmetros para a gestão de resíduos sólidos com os setores públicos, empresas e sociedade.

No município de Candiba – BA a Lei municipal nº 124 de 30 de março de 2011 institui no desenvolvimento sustentável, na exploração e utilização racional dos recursos ambientais sem comprometer o equilíbrio ecológico.

Essas Leis foram criadas para em tese reduzir, frear, minimizar e o principal regularizar os impactos ambientais que as empresas, o governo e a sociedade causam ao meio ambiente.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

Segundo Abrelpe (2014), o Brasil produz 260.000 toneladas de lixo por dia, apenas 27% do volume total dos resíduos produzidos é despejado aterros sanitários, 40% em lixões ou em os aterros controlados.

Em relação ao nordeste a Bahia produz 24,6% de lixo, dos nove estados que compõe a região nordeste a Bahia é produtor de quase 25% de dejetos. De acordo com Abrelpe (2013) no município de Candiba - BA produz 5,4 toneladas de lixo por dia.

No município de Candiba – BA não existe aterro sanitário e não há um lugar para o mesmo, o que acarreta ao descumprimento da PNRS, há o lixão, lugar a céu aberto ocupando uma área aproximada de 1,5 km² que causa poluição do solo, da água e do ar, poluição visual, de mau odor, é gerador de insetos como baratas, ratos, moscas e mosquitos. Diante do exposto, é necessário analisar a Lei 12.305/2010 com intuito de saber se tem alcançados seus objetivos no município de Candiba-BA.

Assim, a Lei é para garantir a sustentabilidade do nosso país, pois, uma vez que a manutenção da qualidade de vida de todos deve se pautar em resultados positivos, para a população e para o meio ambiente. Diante disso, o presente estudo tem como finalidade estudar a aplicação da lei federal nº **LEI 12.305/2010 de resíduos sólidos no município de Candiba-BA, e em que momento se encontra a sua aplicação**, tendo como objetivos: analisar a literatura existente sobre a política nacional de resíduos sólidos; confrontar a literatura com determinados municípios espalhados pelo Brasil que já praticam a política de resíduos sólidos ou que cumpre parte dela e determinar em que momento da aplicação da lei o Município de Candiba se encontra.

No presente estudo é apresentada a temática e relevância do trabalho, ficando claro na abordagem inicial a importância social do tema. Garantir o cumprimento da Lei, é valorizar a segurança da população que é um dos grandes desafios dos municípios, sociedade e do Estado. Logo, o referencial teórico trará as principais ideias atuais sobre as principais Leis e resíduos sólidos. Em sequência apresentamos a análise e discursão dos dados sobre município de Candiba em relação a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Analisaremos, em

profundidade as informações coletadas interpretando-os à luz da legislação vigente. Finalizando o estudo com os pontos clínicos para reflexão.

2 Referencial teórico

O município de Candiba-BA encontra-se com 14.599 habitantes, com o produto interno bruto (PIB) R\$ 62.485.000 e segundo o Portal Deepask (2013) o PIB per capita por habitante é de R\$ 4.687,90, com renda média nacional de R\$22.642,40. Assim, o PIB per capita de Candiba está em torno de 20,7% em relação à média nacional. Em relação ao índice de desenvolvimento humano (IDH) o município de Candiba está em torno de 0,591 e a média nacional é de 0,730. Em relação a coleta domiciliar 8.495 habitantes são atendidos pelos serviços de coleta domiciliar, ou seja, 58,48%, sendo que dessa população atendida, nenhum realiza a coleta seletiva do lixo, logo, preocupam apenas em produzir e consumir. (PORTAL DEEPASK, 2013).

A revolução industrial trouxe a mecanização dos sistemas de produção, logo, a produção em massa e sobremaneira o consumo demasiado, com o tempo percebeu-se que a indústria e seus poluentes modificaram o meio ambiente, que segundo Miller (2007) “o crescimento econômico, no entendimento consiste no aumento da capacidade de um país em fornecer bens e serviços.”

Diante disso, esses bens e serviços fornecidos gera lixo, que por sua vez, quando não tem o destino correto, causa grandes transtornos à população e o meio ambiente.

Segundo Paiva (1999) os resíduos sólidos são hoje, um dos maiores problemas urbano-ambientais do mundo e na perspectiva capitalista que caminhamos este problema tende a ser cada vez mais agravado.

A tabela 1 mostra o número de municípios que tem lixões e quantidade total de lixões existentes, no Brasil e nas macrorregiões.

Tabela 1 – Número de municípios que tem lixões e quantidade total de lixões existentes, no Brasil e nas macrorregiões.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

Unidade de Análise	Nº municípios	População urbana	Município com presença de lixões	
			Quantidade	%
Brasil	5.565	160.008.433	2.810	50,5
Norte	449	11.133.820	380	84,6
Nordeste	1.794	38.826.036	1.598	89,1
Sudeste	1.668	74.531.947	311	18,4
Sul	1.188	23.355.240	182	15,3
Centro Oeste	466	12.161.390	339	72,7

Fonte: Datasus (2011), IBGE (2002), IBGE (2010b)

Diante da tabela de produção contínua do lixo, há de se encontrar espaços legais (regidos por leis específicas) para que possam ter destinação adequada, e que também possa ser gerador de empregos diretos (carteira assinada) por meio de cooperativas ou até mesmo catadores autônomos.

É possível perceber que o lixo gera empregos e também transtornos quando não tratados e que a população se interessa com a questão dos mesmos, que segundo Ruppenthal (2014) “a preocupação com os efeitos dos impactos ambientais, decorrentes da ação humana na natureza, passou a receber maior atenção a partir da década de 1950”.

Diante do exposto, os impactos ambientais causam transtornos na qualidade de vida humana, logo, a preocupação volta para as questões ambientais e assim é necessário criar leis para solucionar os problemas causados pela sociedade ao meio ambiente.

2.1 Das leis referentes à destinação de lixo

2.1.1 Constituição da República Federativa do Brasil/1988

A Constituição Brasileira (CB) de 1988 no seu artigo 225 prevê a obrigatoriedade do poder público e sociedade em cuidar e preservar o meio ambiente e, preocupando com as gerações futuras.

Diante disso é dever do poder público controlar a produção, promover qualidade de vida e a educação ambiental, subsidiar o desenvolvimento

sustentável. É dever das empresas ser ecologicamente corretas e a população deve buscar produtos de empresas que demonstrem consciência ambiental e cuidar do espaço que vive.

De acordo com o inciso VI, do referido artigo é dever do governo promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

De fato, o governo deve subtrair o ensino ambiental, porém, as empresas e sociedade devem se conscientizar e cada uma fazer a sua parte em busca de uma coletividade mais saudável.

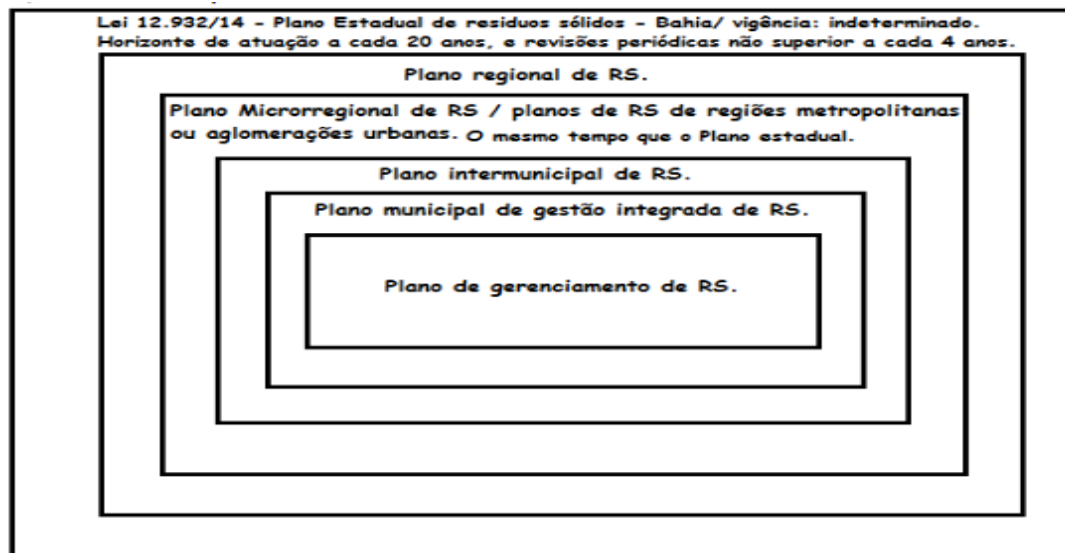
2.1.2 Lei nº 12.932 /2014 - Política Estadual de Resíduos Sólidos

No estado da Bahia rege a Lei nº 12.932/2014 que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), a qual estabelece parâmetros para a gestão de resíduos sólidos com os setores públicos, empresas e sociedade. Estabelece o desenvolvimento econômico sustentável, a educação ambiental, apoio às cooperativas de Resíduos sólidos Urbanos (RSUs), termino dos lixões, construção de aterros sanitários, aplicação da coleta seletiva e os sistemas de logística reversa, aplicar a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a criação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

O artigo 17 da referida Lei determina a criação dos Planos de Resíduos Sólidos (PRS), seu objetivo é a Gestão dos Resíduos Sólidos (GRS).

O artigo 18 elenca as PRS que são: Plano Estadual de RS; Planos Regionais de RS; Planos Microrregionais de RS; os Planos de RS de regiões metropolitanas; os Planos Intermunicipais de RS; Planos Municipais de Gestão Integrada de RS; os Planos de Gerenciamento de RS. A figura a seguir mostra um esquema holístico da Lei 12.932/14.

Figura: 1. Esquema holístico da Lei 12.932/14 do Estado da Bahia



Fonte: Elaboração própria (2016)

2.1.3 Lei 124 de 30 de agosto de 2011 – Código Municipal de Meio Ambiente do Município de Candiba/BA

No município de Candiba – BA a Lei municipal nº 124 de 30 de março de 2011 age no desenvolvimento sustentável, na exploração e utilização racional dos recursos ambientais sem comprometer o equilíbrio ecológico, na ação municipal para conservação da qualidade ambiental, na recuperação e a melhoria do meio ambiente e na proteção dos ecossistemas do município e seus componentes representativos, mediante planejamento e na melhor qualidade da água, do ar e do solo.

De acordo o Art. 117 da referida Lei, o solo só pode receber resíduos sólidos se sua disposição for de forma adequada, estabelecida em projetos específicos de transporte e destino final.

De forma que a disposição final adequada é a construção do aterro sanitário, obedecendo as normas federais, estaduais e municipais.

No Art. 123 relata que o executivo municipal implantará o sistema de coleta seletiva, a reciclagem para os resíduos oriundos de residências e comércios, nos quais serão feitos a coleta e o transporte, independentemente para fins de reciclagem.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

Assim, a Lei municipal determina a importância de reciclar o lixo produzido e transporta-lo para o local onde coreto.

O artigo 119 compreende que não deve ser colocado o lixo em nenhum local com intuito de incinera-lo e sim construir o aterro sanitário.

2.1.4 Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 – Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

A política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com diretrizes para o planejamento e a gestão dos resíduos no Brasil, bem como as responsabilidades, do poder público, empresas e sociedade, a criação de aterro sanitários, a responsabilidade ao tempo de vida do produto, a prevenção, a precaução do poluidor, a eco eficiência, o desenvolvimento sustentável, a criação e apoio a cooperativas de catadores de resíduos sólidos, o direito à informação e educação ambiental, a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, aplicação da logística reversa, a não geração, a redução, a reutilização e o tratamento de resíduos sólidos, assim como a disposição final, ambientalmente adequada dos rejeitos.

Gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei. (Artigo 3º, capítulo X)

Diante disso, é necessário a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos com objetivo dos municípios e do Distrito Federal obterem recursos da União para a limpeza urbana, gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos.

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. (Art. 9º, da PNRS)

A figura mostra claramente a gestão de resíduos sólidos.

Figura 2: Ordem de prioridade na prioridade na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos.



Fonte: <http://www.portalresiduossolidos.com/ordem-de-prioridade-na-gestao-e-no-gerenciamento-de-residuos-solidos/>. Com adaptações.

Diante disso, fica claro a importância da não geração de produtos não utilizáveis, a redução das matérias-primas, a aplicação dos 4 Rs (repensar, reutilizar, reciclar e reaproveitar).

O art. 32 da multicitada lei determina que as embalagens devem ser fabricadas com materiais que possam ser reutilizáveis ou recicláveis, já o artigo 28 deixa claro que a sociedade tem responsabilidade na disposição adequada para a coleta desses e demais materiais.

Para os resíduos como: agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos e lubrificantes, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos e seus componentes é necessário que faça a logística reversa, que é o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

Assim, também, sociedade, governo e empresas devem cumprir a PNRS, é um trabalho conjunto, pois é uma responsabilidade compartilhada, a lei determina que promovam o consumo de baixo impacto ambiental, desenvolvam estratégias socioambientais, incentivem e apoiem o consumidor verde e estimulem as práticas de responsabilidades sustentáveis.

É dever do gestor municipal implantar a coleta seletiva e o sistema de compostagem, implantar a educação ambiental no município, aplicar meios para aproveitar resíduos sólidos e fiscalizar. Assim, a proposta da Lei 12.305/10 é buscar soluções para os resíduos sólidos, e por fim os lixões.

2.2 As formas mais usadas de destinação de lixo

2.2.1 Lixão

Para Silva et al (1999), o “lixão” é uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, sem nenhum preparo, caracterizado pela descarga do lixo diretamente sobre o solo. Tommasi (1976) relata que toda essa matéria cria crescentes problemas de coleta, despejo e tratamento”.

Logo, os lixões são depósitos a céu aberto, sem nenhuma gestão preparada para receber o lixo. Desse modo, os lixões causam doenças, contaminação dos lençõs freáticos, do solo e do ar, poluição visual e são produtores de chorume – líquido produzido pelos lixões.

O lixo acumulado produz um líquido denominado de chorume que possui coloração escura com cheiro desagradável e atinge as águas subterrâneas (aquífero, lençol freático). (ARAÚJO ET AL, 2013).

O chorume causa impactos ambientais, degradação da fauna e da flora, proliferação de insetos causadores de doenças e degradação do solo devido, pois é derivado de rejeitos.

Segundo Abrelpe (2014) o Brasil produz 260.000 toneladas de lixo por dia, apenas 27% do volume total dos resíduos produzidos é despejado em aterros sanitários, 40% em lixões ou em os aterros controlados.

A região Nordeste é o maior produtor de lixo, sendo que a Bahia produz cerca de 55.177 toneladas diariamente. O município de Candiba BA produz 5,4 toneladas de lixo por dia. (ABRELPE, 2013)

Diante das pesquisas fica evidente, que, com o aumento da produção de lixo, vem aumentando na mesma proporção o depósito deste nos aterros sanitários, o que é a destinação adequada. Muito embora este avanço notado, ainda há muito lixo sendo depositado em locais inadequados, como os lixões. “Nas cidades brasileiras, geralmente esses resíduos são destinados a céu aberto” (IBGE, 2006).

2.2.2 Incineração

Uma outra maneira de descarte do lixo é a incineração dos produtos tóxicos e hospitalares com o intuito de diminuir o volume do lixo, porém essa maneira gera poluição do ar, fuligem e produção de gases tóxicos.

Para Machado (2007) tal prática é ambientalmente desaconselhada sendo proibida nos Estados Unidos e em alguns estados brasileiros como São Paulo e Rio Grande do Sul.

Quando a combustão é incompleta podem aparecer monóxido de carbono e particulados, que são constituídos de carbono finamente dividido. (LIMA, 1995).

Diante disso, percebe-se que a incineração é uma forma de diminuir a quantidade do lixo que população produz, porém não deixa de contaminar o meio ambiente.

2.2.3 Aterro controlado

Para a NBR 8849/1985 da ABNT o aterro controlado é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo que evita danos ou riscos à saúde pública e a segurança, minimizando os impactos ambientais.

Trata-se de mais uma modalidade de eliminação dos rejeitos. A técnica é aplicar diariamente sobre o lixo uma cobertura, evitando a exposição do mesmo e a facilitando sua decomposição.

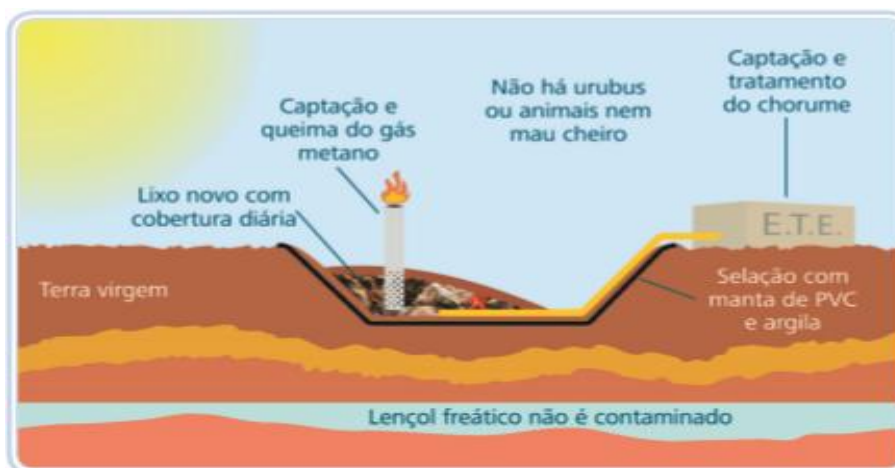
Para Lima (1995) este revestimento não resolve os problemas de poluição ambiental gerados pelos resíduos, por não existir o tratamento do chorume e dos gases formados pelos rejeitos. Porém é poluidor como o lixão.

2.2.4 Aterro sanitário

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (1984), NBR 10004, o aterro sanitário não causa danos ou riscos à saúde pública e ao meio ambiente, pois consiste em uma técnica de disposição de resíduos sólidos no solo.

O aterro sanitário usa técnicas de engenharia para confinar resíduos sólidos e reduzi-los ao menor volume possível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão da jornada de trabalho ou em intervalos menores. A figura mostra o exposto de um aterro sanitário.

Figura 3: Aterro Sanitário



Fonte: Ruppenthal, 2014

Assim, o aterro sanitário gera menos impactos ao meio ambiente, pois faz o tratamento do chorume, porém seu custo de manutenção é caro, necessitando de um monitoramento técnico e ambiental.

2.2.5 Compostagem

Para Kiehl (1998) a compostagem é um processo controlado de decomposição microbiana de oxidação e oxigenação de uma massa heterogênea de matéria orgânica, no estado sólido e úmido.

É o processo que transforma resíduo orgânico em material orgânico ou adubo, que pode ser utilizado na agricultura, que transforma em fertilizante e não polui.

2.3 Da aplicação da Lei 12.305/2010 – LEI FEDERAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

2.3.1 - Alguns exemplos de cidades que já implantaram a lei federal de resíduos e/ou coleta seletiva

A lei federal de resíduos sólidos criada em 2010 e com prazo final em agosto de 2014, para a implantação do aterro sanitário em todos os municípios brasileiros não foi executada, o prazo foi estendido até 2019, para que todos os municípios brasileiros possam se adequar e executar o que determina a lei.

Os municípios pouco fizeram em relação a aplicação e implantação da Lei. A figura a seguir mostra iniciativas de coleta seletiva nas regiões brasileiras em 2014.

Figura 4: Coleta seletiva nas regiões brasileiras em 2014.



Fonte: Abrelpe (2014)

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

A figura mostra que 64,8% dos municípios brasileiros fizeram coleta seletiva dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSUs) em 2014, sendo que a região sul foi o a que mais fez em relação às demais regiões, com 84,7% e a que menos fez foi a região centro-oeste, cerca de 37,5%.

Porém a quantidade de RSU destinada a locais inadequados totaliza 29.659.170 toneladas no ano, que seguiram para lixões ou aterros controlados, os quais do ponto de vista ambiental pouco se diferenciam dos lixões. (ABRELPE, 2014)

Percebe-se que há muito lixo indo para aterros controlados, nos quais não possui a mesma adequação de um aterro sanitário e não possui sistemas para proteção ambiental para receber os RSU.

A Lei 12.305/10 estabeleceu um novo prazo para os municípios brasileiros por fim nos lixões, cujo prazo é até 2019. Na Bahia, o andamento para construção do aterro sanitário está lento.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur (2011) a Bahia possui 359 lixões a céu aberto, apenas 57 aterros e uma única unidade de compostagem e reciclagem.

Diante disso 86,10% dos municípios baianos não faz exatamente nenhuma atuação sustentável em relação ao lixo que produz, um dado muito auto em pleno século XXI.

Dentre esses municípios que implantaram a coleta seletiva podemos citar alguns, a exemplos de: Vitória da Conquista, Caculé, Luís Eduardo Magalhães, Ilhéus e Caetité no qual cada uma dessas cidades faz sua parte perante o meio ambiente. AESBE (20016)

Algumas iniciativas para boa gestão do lixo já foram adotadas em alguns municípios. Em Vitória Conquista há a coleta por mês de 98 toneladas de resíduos sólidos; em Caculé são produzidas 50 vassouras de garrafas PET por mês com os resíduos recolhidos; em Luís Eduardo Magalhães a coleta seletiva iniciou em 2011. AESBE (2016). Segundo Costa (2014) em Caetité a partir de fevereiro de 2009 foi criada a cooperativa de catadores, que é referência em relação a coleta seletiva.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

3 Metodologia

A metodologia é o meio que leva o pesquisador a alcançar os objetivos propostos na pesquisa e segundo Oliveira e Daher (2007, p. 06), “inclui as concepções teóricas de abordagem da realidade e o conjunto de técnicas que possibilitam sua construção”.

Assim, o estudo de abordagem de cunho exploratório/informativo, que de acordo com Cervo (2007, p. 64) “essa pesquisa requer um planejamento bastante flexível para possibilitar consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação.” Logo, utilizou-se bibliografia gabaritada sobre o tema, sites governamentais e privados, bem como entrevista com o Secretário de Meio Ambiente do Município de Candiba-Ba, com intuito de obter informações sobre o andamento da Lei 12.305/10. Este estudo foi realizado no período de agosto a outubro de 2016.

4 Análise e discussão dos resultados

As tabelas abaixo apresentam alguns municípios brasileiros mostrando valores iguais ou aproximados do Município de Candiba-BA em relação a quantidade de produção de Resíduos sólidos Urbano (RSU), a quantidade de coleta de RSU por habitante por dia, o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o total e a média por e de todas as regiões em alguns municípios brasileiros.

Tabela 2: Coleta de lixo resíduos sólidos urbanos

Município		Qtd.RSU Cltld. (t/dia)	Qtd.RSU.cltld (kg/hab/dia)	PIB per capta/ano(R\$)	IDH
UF / Norte					
Amazonas	Novo Airão	6,5	0,376	5.503,70	0,57
Roraima	Rorainópolis	5,8	0,218	12.147,70	0,619
UF/Nordeste					
Bahia	Candiba/BA	5,4	0,370	4.687,90	0,591
Pernambuco	São Mamede	5,4	0,695	5.631,60	0,641
UF/Centro-					

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

oeste					
Mato Grosso	Acorizal	2	0,365	13.685,70	0,628
Goias	Pirenópolis	9,8	0,404	10.684,50	0,813
UF/Sudeste					
Minas Gerais	Coimbra	4	0,538	9.183,30	0,669
São Paulo	Holambra	7,9	0,605	53.444,40	0,793
UF/Sul					
Paraná	Moreira Sales	4,9	0,384	12.243,60	0,675
Santa Catarina	Taió	7,2	0,401	20.890,00	0,761
TOTAL		12,1	0,785	33.133,60	
MEDIA		6,05	0,3925	16.566,80	
TOTAL ACUMULADO		129,1	9,7125		

Fone: Abrelpe (2016), com adaptações

Tabela 3: Comparação entre PIB e volume de RSU produzidos por hab/dia e t/dia

REGIÕES	PIB per capta/ano(R\$)	Qtd.RSU.clt (kg/hab/dia)	Qtd.RSU Cltd. (t/dia)
UF/Nordeste	5.159,75	0,53	5,4
UF / Norte	8.825,70	0,29	6,15
UF/Centro- oeste	12.185,10	0,38	5,9
UF/Sul	16.566,80	0,39	6,05
UF/Sudeste	31.313,85	0,57	5,95
MÉDIA	14.810,24	0,43	5,89

Fone: Abrelpe (2016), com adaptações

As tabelas 2 e 3 mostram que o Sudeste é o que apresenta maior PIB, em seguida a região Sul, depois Centro Oeste, Norte e, por último, o Nordeste. Em relação ao Resíduo Sólido Urbano (RSU) por habitante/dia a situação já muda, e também por tonelada/dia. E em muitos casos (regiões) ora o PIB é maior, mas os RSU são menores, o que dá uma certa dicotomia, pois subentende que quanto maior a renda per capita da região, maior é o poder de consumo, logo a produção

de lixo urbano também será maior, mas em alguns casos da tabela isso não ocorre. A cidade de São Mamede no Pernambuco produz a mesma quantidade de resíduos sólidos urbanos que Candiba, porém a produção por pessoa é bem maior comparando com Candiba, onde o IDH também é maior, em torno de 0,50, logo nessa comparação, observa-se que quanto maior o poder aquisitivo maior o consumo, cujo a produção de lixo por pessoa também aumentou. Mamede tem 7.774 habitantes e Candiba tem 14.599 habitantes.

Comparando Candiba-BA com Taió em Santa Catarina, observa-se que a mesma tem 17.959 habitantes, no qual, refere-se mais de 8% em relação a Candiba, que produz mais lixo (7,2) e o IDH também é maior. Tanto a população, quanto o IDH são maiores e a produção de lixo produzido também é maior.

Logo, a população pode ser pequena, mas se o poder de barganha/financeiro for auto, conseqüentemente o consumo será maior, que provavelmente poderá gerar mais RSU. Daí vem a preocupação de fazer algo para minimizar esses RSUs. Assim, o setor público do município de Candiba faz os serviços de limpeza urbana como determina a PNRS em seu Art. 26.

Diante dos fatos acima, o governo federal em conjunto com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedur elaboraram um estudo de regionalização da gestão integrada dos resíduos sólidos do Estado da Bahia com diretriz para melhor aplicação dos recursos disponíveis e a elaboração do consorcio para criação de aterro sanitário regulamentado pela Lei nº 11.107/05, nesse estudo aponta o município de Candiba em cumprimento PNRS na elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, por meio de um consórcio, como determina o artigo 14 no seu capítulo V.

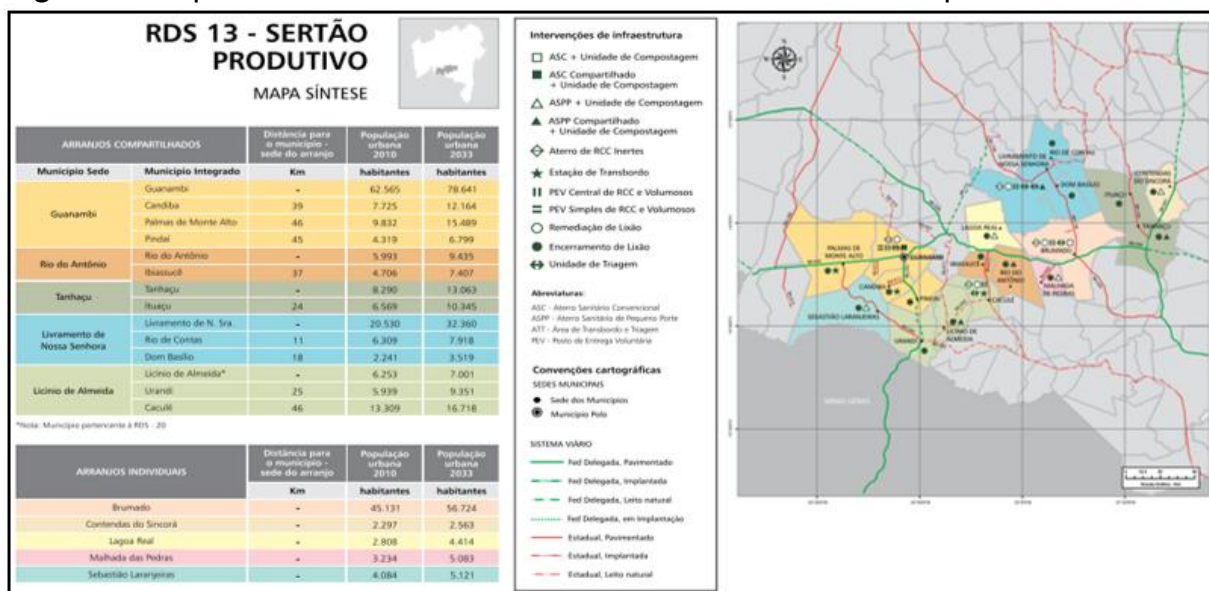
De acordo com o Sedur (2014) Candiba participará de um consorcio juntamente com as cidades de Guanambi, Monte Alto e Pindaí - chamado de Região do Sertão Produtivo, a estimativa de investimento para a criação do aterro sanitário é de R\$ 18.931.884,32.

Logo, esse valor dividido para as cinco cidades citadas acima que fazem parte do consorcio Sertão Produtivo corresponde especificamente a um valor de R\$ 4.732.971,08 para cada cidade.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018
ISSN 2526-7116

Figura 5: Mapa síntese do desenvolvimento sustentável – Sertão produtivo.



Fonte: Sedur (2014) com adaptações.

Dessa forma, a figura mostra que Guanambi-BA será a cidade sede para fazer o aterro sanitário, a unidade de compostagem, ao aterro de RCC inertes, unidade de triagem, PEV Central e RCC de volumosos e PEV Simples e RCC de volumosos. Candiba e Pindaí terá a estação de transbordo.

Esse estudo mostra que a luz da Lei 12.305/10 o município de Candiba-BA está engatinhando, criou a Lei Municipal de Meio Ambiente, porém não criou o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, que determina o artigo 14 da PNRS.

Em entrevista com o Secretário de Meio Ambiente de Candiba/BA, o secretário relatou que os valores para construção do Plano Municipal de RS e o aterro sanitário são caros para o município, cujo a prefeitura da cidade não tem como arcar com esse investimento e espera recurso (ajuda) financeiro do governo federal ou do contrário não irá construir o aterro sanitário, pois diante da crise que o país está a Secretaria de Meio Ambiente do Município estudado não conseguiu nenhuma parceria com empresa privada, logo não iniciamos o aterro e certamente que até o fim do prazo ele não ficará pronto e que o governo deve preocupar com a crise e a miséria e não com lixo. O Secretário conclui dizendo que “não está

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

preocupado em cumprir a Lei Federal, pois percebe que o município tem outras necessidades mais importantes”.

Diante do exposto, fica evidente que o descumprimento não descumpre apenas a Lei 124/2011 do município, mas também a PNRS e a Constituição Brasileira de 1988.

Esse estudo também mostra os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades da cidade de Candiba-BA através da análise Swot, no qual, retrata o quanto a cidade ganha com a aplicação da referida Lei e também apontar o que perde.

Figura 6: Análise Swot.

			Ambiente interno	
			Predominância de	
			Pontos fracos	Pontos fortes
Ambiente externo	Predominância de	Ameaças	sobrevivência = redução - Falta de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos. - Falta educação ambiental - Desinteresse ambiental entre sociedade e gestor municipal	manutenção e/ou reforço - Cooperativa de catadores - Renda e aumento do PIB - Menos vetores com a construção do aterro sanitário
		Oportunidades	crescimento econômico e desenvolvimento social. - Não fazer o aterro sanitário no prazo estipulado pela lei - Deixar de receber verbas federais - Prejuízo econômico e social com o não cumprimento da PNRS	desenvolvimento = sustentabilidade sócio econômica. - Limpeza urbana - Economia estável

Fonte: Kotler (2013), com adaptações.

Assim, a falta de educação ambiental e o desinteresse ambiental entre sociedade e gestor municipal acarretam ao não interesse em cumprir a Lei, no qual dirige em prejuízo econômico e social, logo, quando não há disposição, o resultado é mais lixo produzido por conta dos modos de consumo, e com uma maior produção de lixo, mas despesas ocorrerão na cidade para dar destinação correta a ele. Então, se não tem um projeto de destinação final adequada, logo, qualquer

lugar é local para depositar o lixo, no qual, os resultados são o aparecimento de vetores (doenças, do tipo: dengue, chikungunya, tifo, diarreia, leptospirose e outras, com essas doenças relacionadas ao péssimo acúmulo de lixo a céu aberto e em lugares inadequados, conseqüentemente, as águas (rios e lençóis subterrâneos) começam a ser contaminadas pelo chorume e com isso o ciclo de problemas só vão aumentando (em volume - mais doenças) e se acelerando (em intensidade).

5 Conclusão

Para uma qualidade de vida humana e ambiental é necessário que o descarte, a reutilização dos resíduos sólidos seja feita de maneira adequada, sem prejudicar o ar e o solo, como determina as Leis vistas nesse artigo.

As Leis referentes à destinação de lixo mostram soluções sustentáveis e economicamente viáveis para a reciclagem, a destinação dos resíduos sólidos e para o tratamento dos mesmos, como determina a Lei 12.305, no qual é um passo para solucionarmos nosso problema de geração de resíduos sólidos.

Logo, o município que descumpra a Lei 12.3015, em não acabar com os lixões pode receber multas de R\$ 5 mil a R\$ 50 milhões de reais, o prefeito pode ser responsabilizado por crime ambiental.

Portanto, o estudo desde presente artigo observou que o município de Candia/Ba está engatinhando em relação a gestão de resíduos sólidos urbanos, no qual criou a Lei 124/2011 que diz o destino que terá os resíduos secos, porém, em nenhum momento cita em fazer a compostagem dos resíduos orgânicos, apenas relata que não será reciclado.

O ideal é que, enquanto não aconteça à instalação do aterro sanitário a prefeitura poderia apoiar a criação de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos, instalar a compostagem no município, bem como implantar a educação ambiental através de eventos, palestras e cartilhas, cujo, nas mesmas contenham orientação da separação dos resíduos em prepará-los para a reciclagem e coleta, e ainda, que implante coletores em pontos estratégicos. Enfim, é dever de todos cumprir a Lei federal.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

Referências

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 8419.

Apresentação de Projetos de Aterros Sanitários de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro, ABNT, 1984.

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2011.** Disponível no *site* http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm. Acesso em: 03 de ago. de 2016

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2012.** Disponível no *site* http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm. Acesso em: 20 de jul. de 2016

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2014.** Disponível no *site* http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm. Acesso em: 28 de jul. de 2016

ADAS, M. **Geografia:** os impasses da globalização e o mundo desenvolvido. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

AESBE. **Apesar de poucos, municípios baianos se destacam na implantação da coleta seletiva.** Dos 417 municípios baianos, 29 fazem coleta de resíduos sólidos recicláveis. Disponível no *site* <http://www.aesbe.org.br/conteudo/impressao/5723>. Acesso em: 22 de ago. de 2016

ARAÚJO, B. G. P.; OLIVEIRA J., E. F.; VIEIRA J. A. S. **Resíduos Sólidos Urbanos:** análise sobre a situação do conjunto Albano Franco – Riachão do Dantas–SE. 2013

BARBOSA. V. **Quanto lixo os brasileiros geram por dia em cada estado.** Disponível no *site* <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/quanto-lixo-os-brasileiros-geram-por-dia-em-cada-estado#10> Acesso em: 10 de out. de 2016

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos sólidos e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2010.

_____. Lei nº 10.431 /2006 – **Lei da Política Ambiental do Meio Ambiente.** Disponível no *site*

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

<http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/Leis/lei10431.pdf>.

Acesso em: 05 de out. de 2016

CANDIBA. Lei nº 124 de 30 de março de 2011 – Código Municipal de Meio Ambiente. Secretaria de Meio ambiente de Candiba. 2011

CAVALCANTI, A. A; MAZZER, C. **Introdução à gestão ambiental de resíduos.**

Disponível no site <http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/77/i04-ainroducao.pdf>. Acesso em: 18 de set. de 2016

CERVO, A. L. **Metodologia científica.** 6º ed. SP. Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSTÂNCIO. P. **Plano de resíduos sólidos ganha novas contribuições.**

<https://planetaimpodotorg.wordpress.com/tag/plano-nacional-de-residuos-solidos/> Acesso em: 05 de out. de 2016

COSTA. W. B. **Coleta seletiva e organização dos catadores de materiais recicláveis em Caetité-Bahia**, 2014 Artigo (Pós-graduação em Geografia).

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Presidente Prudente.

IDB - Indicadores e Dados Básicos. **Indicadores socioeconômicos.** Brasil. 2012.

Disponível no site <http://www.datasus.gov.br/idb> Acesso em: 05 de out. de 2016

IBGE - **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Disponível no site: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 08 de out. de 2016

_____. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.**

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. 2002. Disponível no

site <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2002.pdf> Acesso em: 22 de set. de 2016

KIEHL, E.S. **Manual de Compostagem:** maturação e qualidade do composto. Piracicaba, SP, Divisão de Biblioteca e Documentação “Luiz de Queiros”/USP, 1998.

LIMA, L. M. Q. 1995, Lixo **Tratamento e Biorremediação.** 3a ed. Hemus. São Paulo.

MACHADO, G B. **Ordem de prioridade na gestão e no gerenciamento de**

resíduos sólidos. Disponível no site <http://www.portalresiduossolidos.com/ordem-de-prioridade-na-gestao-e-no-gerenciamento-de-residuos-solidos/> Acesso em: 23 de set. de 2016

MILLER, G. Tyler. **Ciência ambiental.** Tradução All Tasks. São Paulo. Thomson, 2007.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

MOURA, A. M. M. de. **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília. Ipea, 2016.

OLIVEIRA, R. D; DAHER, P. M. **Metodologia científica**: orientações metodológicas. Vila Velha: 2007.

PAIVA, Julieta Laudelina de. **Reciclagem sustentada**: um processo de tratamento de resíduos sólidos para a proteção ambiental. 1999.

PORTAL DEEPASK. PIB: **Veja o Produto Interno Bruto por cidade do Brasil**. Disponível no site <http://www.deepask.com/goes?page=Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio> Acesso em: 05 de out. de 2016

RUPPENTHAL. J. E. **Gestão ambiental**. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2014.

SANTOS, M. A **Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo. Hucitel. 1996.

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano - **Regionalização de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia**. 2014. Disponível no site <http://www.sedur.ba.gov.br/arquivos/File/DocumentoSinteseEstudoRegionalizacao.pdf> Acesso em: 20 de set. de 2016

SILVA, L. P. P. de; GUERRA. A. J. T.; MOUSINHO, P. **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

TOMMASI, Luiz Roberto. **A degradação do meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1976

PAPÉIS SOCIAIS, IDENTIDADE E CRIMINALIDADE: abordagens sobre criminalidade e pobreza no contexto brasileiro.

JOÃO HÉLIO REALE DA CRUZ¹

SUMÁRIO: RESUMO. ABSTRACT. INTRODUÇÃO. 1. IDENTIDADE, PAPÉIS SOCIAIS E CRIMINALIDADE. 2. CRIMINALIDADE E POBREZA NO BRASIL. CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.

RESUMO

A criminalidade tem sido estudada em diversas áreas do conhecimento. No campo da Psicologia Social o estudo da criminalidade pode ser associado à identidade e papéis sociais, uma vez que se percebe que no desenvolvimento de atividades criminosas há atribuição de papéis e que o indivíduo constrói a identidade na prática de crimes. Após a discussão sobre identidade, papéis sociais e criminalidade tratou-se do estereótipo de criminoso no contexto brasileiro, tendo em vista que, no Brasil, há uma crença de que os indivíduos de classes sociais mais baixas tendem à criminalidade. Ideia que se revela imprecisa, à medida que cada vez fica mais evidente a prática de crimes por indivíduos de classes sociais mais elevadas. Notando-se que a relação criminalidade-pobreza serve para manter privilégios da classe dominante.

Palavras-chave: Identidade. Papéis sociais. Criminalidade. Pobreza.

¹ Mestre em Direito Público e Evolução Social – Minter UNESA-Faculdade Guanambi e Especialista em Psicologia Social - UESC

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

ABSTRACT

Crime has been studied in various areas of knowledge. In social psychology the study of crime can be associated with identity and social roles, once you realize that the development of criminal activities for role assignment and the individual constructs identity in crime. After the discussion about identity, social roles and criminality treated the criminal stereotype in the Brazilian context, considering that, in Brazil, there is a belief that individuals from lower social classes tend crime. Idea that reveals inaccurate, as it becomes increasingly evident the crimes of individuals from higher social classes. Noting that the crime-poverty relationship serves to maintain the privileges of the ruling class.

Keywords: Identity. Social roles. Crime. Poverty.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da criminalidade tem sido alvo de pesquisas nos diversos segmentos das ciências sociais, mormente nas áreas da Psicologia, da Sociologia e do Direito, considerando que o crime é percebido como um desvio dos padrões sociais estabelecidos, tendo o condão de atingir os bens e valores protegidos juridicamente.

A partir da problemática envolvendo a criminalidade buscar-se-á compreender a formação da identidade psicossocial de autores de crimes, sobretudo daqueles que delinquem reiteradamente. Tem-se também o intuito de discutir o desempenho de papéis sociais na criminalidade, considerando a idéia de cultura do crime.

Para a Psicologia Social, a identidade é considerada como um conjunto de traços, de imagens, de sentimentos que o indivíduo reconhece como fazendo parte dele próprio (JACQUES: 2003). Esse é um conceito fundamental à compreensão do indivíduo e seu comportamento.

No caso específico da criminalidade, ao notar que o crime é um elemento presente em diversas sociedades, é inegável constatar que há uma cultura do

crime e que o agente do crime é também constituído como ser histórico-cultural, interagindo na sociedade por meio da prática de delitos. Pode-se afirmar, com isso, que o criminoso possui identidade psicossocial e também assume papéis sociais relacionados à criminalidade.

Por outro turno, serão feitas considerações sobre a forma como, no Brasil, o indivíduo que se envolve em situações ilícitas recebe tratamento diferenciado, considerando a classe social a qual pertence, subsidiado pelas contribuições de Jessé Souza em análise da Sociedade Dual de Roberto da Matta serão discutidas situações peculiares à sociedade brasileira e a forma como se criou o estereótipo de criminoso nesse contexto.

1 – IDENTIDADE, PAPÉIS SOCIAIS E CRIMINALIDADE

Ao longo dos anos a identidade social do indivíduo recebe conteúdos diferentes. Na sociedade feudal a dimensão pública do sujeito era mais valorizada do que a particular, com o declínio do feudalismo e a partir das influências do iluminismo e do liberalismo clássico o particular, o individual, começa a ter maior ascendência. Há uma inclinação maior ao subjetivo, alargando o espaço de atuação da Psicologia.

Surge no Século XX a Psicologia Social visando a constituir um liame entre as ciências sociais e a psicologia, tendo como objeto o estudo do comportamento dos indivíduos a partir das interações, concebida então como “a área da Psicologia que procura estudar a interação social” (BOCK: 2008, 135).

A Psicologia Social faz uma correlação entre indivíduo e sociedade a partir da concepção de que ambos são inseparáveis e que não se pode falar de indivíduo dissociado de sociedade.

Para Bonin, não há antinomia ou contradição entre indivíduo e sociedade, antes o indivíduo é formado pelas inter-relações sociais. Em sua concepção

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

Não há, basicamente, uma contradição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo é um ser histórico-cultural que é constituído pelas inter-relações sociais. Mesmo quando está sozinho, como Robinson Crusoe, é um ser humano que tem o *habitus* de sua sociedade. Isto é, tem o jeito de andar, hábitos de higiene, de expressar emoções, de usar instrumentos que adquiriu das relações pessoais com indivíduos da sociedade que o constituiu. (BONIN: 2003, 60)

Dessa forma, o indivíduo traz em sua constituição elementos das inter-relações sociais, sendo produto da interação com a sociedade e um ser histórico-cultural, conforme aponta o autor citado.

O desenvolvimento de atividades no ambiente social pode definir o que a sociologia chamou de papéis sociais, sendo que “os papéis sociais e as instituições humanas se originam de inter-relações pessoais que são cristalizadas através de regras que inicialmente são hábitos adquiridos [...]” (BONIN: 2003, 60). Estabelecem-se os papéis sociais a partir das normas estatuídas pela sociedade, sejam elas escritas ou não, possuindo cada papel um conjunto de atribuições que são desempenhadas pelo sujeito.

O papel desenvolvido pela pessoa, segundo a Teoria do Papel, de Theodore Sabin, determina sua identidade psicossocial, consoante expõe Paiva

O que a pessoa é, como membro do grupo, isto é, sua identidade psicossocial, é determinado pelos papéis que desempenha, de tal modo que a identidade social de alguém é o “múltiplo produto de tentativas de localizar-se no sistema de papéis”. (PAIVA: 2007, p. 78)

A constituição da identidade passa pelo desempenho dos papéis sociais, que podem ser múltiplos, podendo-se afirmar que há também uma multiplicidade de identidades, conforme a Teoria da Identidade proposta por Sheldon Stryker (PAIVA: 2007).

Assim, a identidade psicossocial consiste na identidade que se constrói a partir da relação de pertencimento do indivíduo a determinado grupo.

No campo da criminalidade o *habitus* ou a reiterada prática de crimes pode desenvolver no indivíduo a percepção de que ele pertence ao estrato marginal ou ao grupo de indivíduos que a sociedade denomina como criminoso.

Pode-se questionar se existem papéis sociais na criminalidade, porém, ao notar que o crime é um elemento que está presente em toda sociedade, inegável constatar que há uma cultura do crime, que o agente de crime é também um indivíduo constituído como ser histórico-cultural e que interage na sociedade a partir da prática de crimes, possivelmente o criminoso também assume um papel social.

Não se deve apenas imaginar que os papéis sociais estariam voltados somente para as virtudes, diante das concepções de papéis mencionadas, pois há uma “rede de atividades” também nas ações criminosas, seja nos crimes isolados, naqueles realizados em formação de quadrilha ou bando, ou ainda naqueles executados por organizações criminosas, que se constituem como um poder paralelo ao Estado.

Quando se trata de organizações criminosas os papéis desenvolvidos pelos indivíduos são melhor delimitados, funcionando de maneira a manter a organização e seus objetivos, pois possuem hierarquia estrutural, recrutam pessoas, dividem funcionalmente as atividades, além de atuarem com planejamento estratégico.

2 – CRIMINALIDADE E POBREZA NO BRASIL

O desempenho de papéis voltados para a prática de crimes é percebido pela sociedade, a qual identifica os indivíduos que assumem esses papéis, como delinquentes, “marginais” ou “elementos”. Essas designações, no caso do Brasil, são atribuídas àqueles indivíduos que são investigados por algum delito e pertencem às classes menos favorecidas economicamente da população brasileira.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

No Brasil, crê-se que a criminalidade está associada à pobreza, sendo o estereótipo de delinquente, preferencialmente designado ao pobre (DUARTE: 2008, 43), quando este se envolve em alguma situação aparentemente ilegal, ainda que não se tenham provas sobre sua participação no suposto delito.

O fato de a sociedade brasileira privilegiar o *status* de pessoa, ao invés de um tratamento impessoal, torna mais evidente a crença de que o pobre é tendente ao crime. O tratamento que se dá a uma pessoa mais abastada ou que pertença a uma linhagem tradicional, ou ainda, que tenha padrinhos políticos ou afortunados é muito diferente do tratamento dado a alguém desprovido dessas condições, quando se envolve em situações ilegais.

Para os “conhecidos” pode até não ser instaurado inquérito, enquanto que para o indivíduo que não possua um referencial forte na sociedade, algema-se, prende-se, em muitos casos, sem preocupar-se com as garantias constitucionais e processuais.

Essa diferença de tratamento, no contexto de uma delegacia, por exemplo, pode ser explicada pela análise feita por Jessé Souza, ao tratar da Sociologia Dual de Roberto Da Matta, quando afirma que

O indivíduo, entre nós, se definiria pela oposição com o seu contrário: a pessoa. Esta, por sua vez, se definiria como um ser basicamente relacional, uma noção apenas compreensível, portanto, por referência a um sistema social onde as relações de compadrio, de família, de amizade e de troca de interesses e favores constituem um elemento fundamental. No indivíduo teríamos, ao contrário, uma contiguidade estrutural com o mundo das leis impessoais que submetem e subordinam. (SOUZA: 2001, 48)

Assim, o indivíduo deveria ser tratado com a “frieza” própria de um tratamento impessoal, observando-se as determinações legais para a situação em que ele se envolvera. Considerando, no contexto da apuração de crimes, principalmente o princípio constitucional da presunção de inocência, além das normas do processo penal.

Esse tipo de tratamento, em se tratando de situações delituosas, seria o ideal para todos os indivíduos nessa circunstância. Entretanto, no caso de indivíduo pobre que se envolva com a prática de crimes, em muitos casos, a realidade brasileira revela uma faceta mais cruel, pois sequer os direitos mínimos do investigado são respeitados no ambiente da delegacia ou da penitenciária.

Isto é assim, porque há na sociedade brasileira uma crença de que o pobre tende à criminalidade (DUARTE: 2008, 53), e não tendo este uma referência social capaz de oferece-lhe um suporte para que receba um tratamento diferenciado, será submetido a situações das mais severas.

Os papéis sociais de criminosos no Brasil são assumidos por diversos indivíduos de classes sociais diferentes, alguns criminosos podem pertencer à classe mais elevada e cometem crimes no âmbito da gestão pública, na sonegação de impostos, “lavagem de dinheiro” ou delitos assemelhados, porém não recebem o mesmo tratamento ou não são considerados criminosos pela sociedade, uma vez que a designação de criminoso é reservada aos de classe mais baixa, quando se envolvem em situações delituosas, principalmente porque os meios de comunicação de massa reproduz a crença de que a criminalidade está relacionada à pobreza, crença essa que tende a enfraquecer-se diante da impossibilidade de ocultação das inúmeras ocorrências de indivíduos ricos ou influentes envolvidas na criminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade do indivíduo pode ser construída com base nos papéis que desenvolva, sendo que ao assumir papéis na prática de crimes, constrói-se uma identidade na criminalidade.

Conforme se discutiu, a identidade psicossocial do indivíduo pode ser informada pela relação de pertencimento a determinado grupo, como o indivíduo que pratica crimes pode sentir-se pertencente ao contingente de criminosos.

Ainda considerando a questão da identidade e dos papéis sociais relacionados à criminalidade, observou-se também que no contexto brasileiro, a classe dominante, pelos meios de comunicação de massa, e por outros mecanismos, tem incutido a ideia de que a criminalidade está associada à pobreza, fazendo-se crer que as pessoas das classes sociais mais baixas tendem à prática de crimes.

A associação entre criminalidade e pobreza tem sido rechaçada quando se percebe que a criminalidade não escolhe classe social, não se podem ocultar os crimes praticados por indivíduos de classes mais ricas.

O que ainda persiste é o fato de que, no Brasil, o tratamento oferecido ao criminoso originário de classe baixa é diferente em relação ao que detém uma posição privilegiada na sociedade ou possua mais recursos econômicos, sendo possível concluir que a relação criminalidade-pobreza sirva aos interesses das classes dominantes, no sentido de manterem-se os privilégios quando da apuração dos crimes.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana M. Bahia. et al. **Psicologias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BONIN, Luiz Fernando Rolim. Indivíduo, cultura e sociedade. *In* JACQUES, Maria da Graça Corrêa. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 58-72.

DUARTE, Patrícia Marlene. **Pobreza e criminalidade no Brasil: uma análise sócio jurídica**. Monografia. Graduação em Direito – Universidade do Vale do Itajaí, 2008.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade. *In* _____. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 159-167.

PAIVA, Geraldo José de. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea *in* **Psico**. V. 38, n. 1, pp. 77-84, jan/abr. 2007.

SOUZA, Jessé. A sociologia dual de Roberto Da Matta: Descobrimos nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 16, 2001, p. 47-67.

ASSOCIATIVISMO COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O caso da comunidade remanescente quilombola de queimadas de Guanambi/BA

*Dângelo José de Souza**

Douglas Nunes Silva

Lucas de Souza Silva

Valter Aparecido Cotrim leal

RESUMO

O presente estudo, teve como objetivo compreender e analisar o funcionamento da Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Quilombo de Queimadas, situada a oito quilômetros de Mutans, distrito de Guanambi-Ba. A associação possui 150 famílias associadas, mas, nem todas são engajadas no desenvolvimento da mesma. A pesquisa foi realizada por observação direta e entrevista semiestruturada. Por meio de conversa, foi aplicada questões extras para a obtenção do resultado proposto. Assim foi possível identificar as dificuldades enfrentadas no dia a dia e o potencial produtivo que o grupo comunitário possui. Diante disso, sob a ótica de agente de mudança e os resultados gerados na vida das pessoas destaca-se a necessidade de maior engajamento dos associados, para agregar força na busca de parcerias de órgãos públicos e também privados para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Associativismo, Quilombolas, Desenvolvimento local.

Abstract

The objective of this study was to understand and analyze the functioning of the Community Association of Rural Producers of Quilombo de Queimadas, located eight kilometers from Mutans, Guanambi-Ba district. The association has 150 associated families, but not all are engaged in its development. The research was performed by direct observation and semi-structured interview. Through conversation, extra questions were applied to obtain the proposed result. Thus it was possible to identify the difficulties faced in the day to day and the productive potential that the community group possesses. In view of this, from the point of view of the agent of change and the results generated in people's lives, the need for

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

greater engagement of members is highlighted, in order to add strength in the search for partnerships between public and private bodies for local development.

Keywords: Associativism, Quilombolas, Local development.

1 INTRODUÇÃO

O associativismo é uma prática que vem crescendo muito no decorrer dos anos. Quando as pessoas se juntam em torno de um objetivo em comum e trocam conhecimentos e experiências as associações e suas ações tendem a fortalecer.

O presente trabalho discute o associativismo como um mecanismo de desenvolvimento local em uma comunidade quilombola. Historicamente foram privadas das políticas públicas vivendo em condições precárias, em que as ações governamentais não têm conseguido superar. Segundo Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas (2013), estima-se que há 214 mil famílias, que somam cerca de 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil. Dessas famílias, 80 mil são cadastradas no CADUNICO; 79,78% do total são beneficiárias do Programa Bolsa Família; 24,81% não sabem ler, 74,73% estão em situação de extrema pobreza. Com isso evidencia-se que a desigualdade vivenciada por essa população ainda é algo inquestionável.

O interesse por esse tema parte da relevância da inclusão social na vida das pessoas. De acordo O Ministério da Educação (2004), a inclusão de todos os membros da humanidade, de quaisquer raças, religiões, nacionalidades, classes socioeconômicas, culturas ou capacidades, em ambientes de aprendizagem e comunidade, podem propiciar o respeito e o apoio mútuo, e assim aproveitar as diferenças pela melhoria da sociedade.

Diante disso, foi realizada uma visita a Associação Comunitária Dos Produtores Rurais de Quilombo de Queimadas. Situada a oito quilômetros de Mutans, distrito de Guanambi-Ba. O objetivo foi compreender o funcionamento de uma associação comunitária sob a ótica de agente de mudança e os resultados gerados na vida das pessoas da comunidade em questão. Para isso utilizou se da metodologia qualitativa.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

O trabalho justifica-se pelo fato do associativismo ser um mecanismo de grande relevância na busca de melhoria da qualidade de vida de uma comunidade rural, MUMIC, AGUIAR, LIVRAMENTO (2015). No caso de uma comunidade quilombola, o associativismo atua também como mecanismo de construção de vínculos sociais e de identidade coletiva reforçando a religião, cultura e valores.

No Brasil as questões econômicas, sociais e políticas são preocupantes, pois apresentam altos níveis de desemprego, grandes diferenças na distribuição de renda e conseqüentemente maiores índices de desigualdade e exclusão social (GALLO et. al. 2000). Nesse sentido o associativismo preencheria de forma substantiva uma boa quantidade de requisitos considerados fundamentais para estabelecer uma sociedade democrática: por sua capacidade de defender as demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos (Cohen, 1999); pelo caráter pedagógico da promoção de virtudes cívicas, de confiança, cooperação e espírito público (Putnam, 1996).

2. ASSOCIATIVISMO NO BRASIL

Considerando o grande crescimento da população brasileira e a necessidade de atender a demanda de alimentos no país, foi necessária a criação de organizações como o associativismo para suprir as demandas e auxiliar na gestão de famílias de baixa renda.

Segundo dados da Universidade UDESC em Joinville-SC, o Associativismo teve origem no Brasil com a chegada da família real em 1808 e passou por diversas mudanças até os dias de hoje. Trabalhando como parte de uma estrutura de gestão, seus associados podem compartilhar problemas e soluções para o crescimento comum de todos envolvidos.

Além do associativismo propriamente dito, é perceptível o crescimento do número de estudantes que antes de finalizar a graduação se organizam em grupos e formam uma associação cujo fim é direcionado a uma empresa Junior e que tem como base de referência, os docentes responsáveis pela instituição de ensino.

Essa também pode ser considerada um tipo de associativismo, que tem como mesmo fim, a busca de se relacionar em grupos para filiar-se no mercado atual.

Dessa forma o associativismo veio como uma ferramenta para defender interesses de seus associados, no momento de compra ou venda, com relação aos custos e divulgações de seus produtos. Bem como, a necessidade de ter um aliado no mercado de trabalho ao se formar grupos e permitir que mesmo com todos os desafios para o comercio, é possível se destacar, agregar valor ao produto ou serviço, e garantir resultados otimistas.

2.1 IMPORTANCIA DO ASSOCIATIVISMO NA BUSCA DE INTERESSES COMUNS

Para solucionar problemas ou desenvolver atividades produtivas, o associativismo representa uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade. Dessa forma o Sebrae (2014) diz que o associativismo é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados.

Frantz (2002) destaca o associativismo, no sentido de cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais como no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

O associativismo tem sido entendido como um mecanismo que pode melhorar o processo produtivo e a condição de vida numa perspectiva local de acordo suas especificidades. Segundo Zapata (2001), o conceito de desenvolvimento local parte da ideia em que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

O desenvolvimento local está associado à ideia de uma identidade territorial, que consiste em valorizar os princípios locais e suas potencialidades.

O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadora da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dada pelo contexto. [...] Mesmo quando decisões externas – tenham um papel decisivo na reestruturação socioeconômica do município ou localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo. (BUARQUE, 1999, p. 10).

Nesse sentido o desenvolvimento local tem suas dimensões sociais, ambientais e culturais, atuando, portanto no combate a exclusão social e promovendo maior qualidade de vida, constituindo também meios alternativos para dar voz aos desfavorecidos em função das condições desiguais.

3. ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA

A questão fundiária no Brasil remete a uma política de exclusão social a população negra colocada às margens da sociedade pelo poder público ao longo dos anos. Desde a Lei Aurea, que garantiu a liberdade aos negros o aspecto de integração não foi discutido, deixando ex-escravos em condições precárias, tendo que enfrentar resistências e preconceitos da sociedade.

As áreas quilombolas só foram reconhecidas a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que em seu artigo 68 prevê o reconhecimento da propriedade da terra dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Porém, somente após 15 anos da promulgação da Constituição Federal foram instituídas as formas legais que regularizam os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos no Brasil, mediante o Decreto nº. 4887, de 20/11/2003, e da Instrução Normativa nº. 16 de 24/03/2004 do INCRA (SOGAME; SCARIM, 2005).

A certificação, reconhecimento e titulação como remanescentes quilombola é um processo importante para a identidade da própria comunidade e a

manutenção de suas crenças, cultura e religião. Na concepção do geógrafo Sack (1986), o território incorpora as projeções simbólicas à medida que o ser humano o preenche com suas vivências, com suas afetividades, e o organiza segundo suas caracterizações culturais.

O processo de reconhecimento inicia com a auto definição do grupo, confirmada com documento de Certidão de Registro, no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos emitido pela Fundação Cultural Palmares. Após a certificação, é necessária a elaboração de um relatório antropológico sobre a comunidade. A demarcação e titulação do território com outorga do título coletivo é realizada em nome da associação comunitária e os títulos das terras são inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.

Nesse contexto, a certificação é importante também para dar visibilidade a população quilombola e para que os mesmos tenham mais acesso a programas sociais como Programa Água para Todos, Programa Nacional de Habitação Rural, Luz Para Todos, Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional, Programa Nacional do Livro Didático entre outros.

4. A GESTÃO POR TRAZ DAS ASSOCIAÇÕES

As associações como qualquer outra organização devem ser geridas para o cumprimento de sua missão e a realização de seus objetivos. Para isso é necessário o uso de ferramentas de gestão que contribuam para a satisfação dos interesses coletivos, específicos e organizacionais, através da tomada de decisões racionais e fundamentadas.

Nessa lógica a atuação do gestor é importante, visto que o mesmo deve “prever, organizar, comandar, coordenar e controlar” tudo aquilo que se encontra no microambiente da organização, estando ciente das adversidades do ambiente externo.

Para Amaral e Oliveira (2016, p.337) o gestor deve: “identificar prioridades, coordenar esforços, alocar recursos, construir relacionamentos [...] e enxergar problemas de forma mais holística e de longo prazo”. No mesmo sentido

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

Figueiredo (1995, p.2) diz que é necessário o gestor estar atento quanto à missão da empresa (associação) e que esta, seja clarificada para seu melhor desempenho, ou seja, estar ciente do objetivo ou propósito básico e permanente da existência de mesma.

As associações se diferem das empresas formais, para estas a principal finalidade não é o econômico, mas a realização de um objetivo em comum. Segundo Pires (2016), tratando da gestão em associações, estabelece que, como sociedades de pessoas, um dos princípios para a sua organização é a participação democrática dos associados nos espaços deliberativos. Ainda segundo o autor a gestão democrática é de vital importância para compreender a lógica do associativismo, que por sua vez assegura a participação dos associados nos processos decisórios.

Silva e Neto (2015, p.135) discordam das práticas gerencias abordadas em organizações sociais, que segundo eles, os processos de gestão são realizados tomando por base as teorias administrativas tradicionais, não levando em conta o alcance social e tampouco que algumas organizações sociais não têm direcionamento para o mercado.

Nesse contexto, a gestão é um importante mecanismo para potencializar as associações e direcioná-las na busca de seus objetivos. Através dos planejamentos e projetos as associações conseguem reivindicar seus direitos perante as esferas públicas, conseguir incentivos, benefícios, treinamentos e parcerias também com setor privado. Portanto, o associativismo configura como um mecanismo de desenvolvimento local, visto que tente a suprir determinadas demandas, melhorando a qualidade de vida de seus associados e possibilitando uma ascensão de seus componentes.

4.METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho foi realizado na Associação Comunitária Quilombola de Queimadas de Guanambi-Ba município brasileiro do estado da Bahia, distante 796

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

quilômetros a sudoeste de Salvador. O intuito do mesmo é de analisar o associativismo como um mecanismo de desenvolvimento local.

A pesquisa realizada neste trabalho tem por caráter qualitativo exploratório. Para Bauer e Gaskell (2007), a pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características: foco na interpretação, ao invés de na quantificação; ênfase na subjetividade, ao invés de na objetividade; flexibilidade no processo de condução da pesquisa; e preocupação com o contexto.

A metodologia utilizada foi aplicada a opção de método dedutivo, a qual segundo Gil (2006 p.27) “é o método que parte do geral e, a seguir desce para o particular”. O universo da pesquisa foi a associação Quilombola de Queimadas de Guanambi. De acordo Barros e Lehfeld (2000, p. 86) colocam que “[...] o universo da pesquisa significa o conjunto, a totalidade de elementos que possuem determinadas características, definidas para um estudo” e determinam que “[...] a amostra é um subconjunto representativo do conjunto da população.” Os sujeitos da pesquisa foram os membros da diretoria, por ter maior embasamento acerca do funcionamento da associação.

Enquanto procedimento, esta pesquisa foi realizada por meio da observação direta em uma entrevista semiestruturada, por meio de conversa foram aplicadas questões extras para a obtenção do resultado proposto. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram questionários; entrevista, máquina digital (fotografia do local do estudo) e gravador de áudio (com consentimento do entrevistado).

Para a necessidade de obtenção de resultados complementares foram aplicadas questões administrativas de análise SWOT numa avaliação de riscos e oportunidades para a comunidade. De acordo com Luecke (2009, p. 23), “considerar os fatores externos e internos é essencial porque eles esclarecem o mundo em que opera a empresa ou unidade, permitindo planejar melhor o futuro desejado”.

5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

5.1 Aspectos Sociais

Os aspectos sociais são importantes para a pesquisa por evidenciar o acesso a direitos constitucionais fundamentais para dignidade humana, como educação, saúde, trabalho, moradia, e lazer. A pesquisa demonstrou que a comunidade dispõe de energia elétrica, água encanada e uma quadra poliesportiva. No entanto, os moradores revelaram diversas demandas não supridas como a necessidade de um posto de saúde, principalmente para o atendimento a idosos hipertensos e construção de uma escola, pois os alunos da comunidade precisam se deslocar 8 (oito) quilômetros para o Distrito de Mutans. Nesse sentido, o atendimento a essas demandas proporcionaria uma melhor qualidade de vida para seus integrantes.

5.2 Aspectos Administrativos

Os aspectos administrativos evidenciam a forma em que uma determinada organização está sendo gerida. Na associação é feito um planejamento anual em conjunto com os membros da diretoria. Nesse planejamento são discutidos as necessidades, objetivos e ações necessárias a serem desenvolvidas no decorrer do ano.

As reuniões são realizadas nas primeiras sextas-feiras de cada mês, registrando em ata os assuntos discutidos, bem como a frequências dos associados. Nota-se também que a associação faz uso da modalidade ofício para requerimentos de suas demandas.

Quanto às prioridades da associação está à aquisição de um poço artesiano para cultivo de hortaliças e uma grade para o trator. Dentre os objetivos da associação está à aquisição de um posto de saúde, escola, iluminação e pavimentação asfáltica do entorno da comunidade, e construção de uma adutora de água da barragem de Poço do Magro para irrigação.

5.3 Aspectos Econômicos

A pesquisa procurou identificar a existência de atividade econômica na associação. No entanto, as respostas revelaram que a comunidade não exerce nenhuma atividade econômica conjunta, pois, sua produção é voltada para fins de subsistência. Neste sentido, os moradores afirmaram que pretendem investir no cultivo de hortaliças. O público alvo seria o comércio regional, feiras livres e prefeituras. A escolha de hortaliças se dá pela experiência no manejo dessa cultura e pela lucratividade que ela proporciona.

Para os associados, a realização de uma atividade econômica é importante para o desenvolvimento da comunidade, como fator de geração de renda, capaz de proporcionar independência, maior poder aquisitivo que conseqüentemente reflete na qualidade de vida de seus integrantes.

5.4 Analise SWOT

A matriz SWOT vem do inglês, na qual representa: Forças (Strengths), Fraquezas (weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats), sendo fundamentada por Kenneth Andrews e Roland Christensen, que consiste numa análise do ambiente interno e externo com a finalidade de formular estratégias.

Para Andion e Fava (2003, p. 43) “Através da análise dos pontos fortes e fracos, os gestores e suas equipes poderão determinar com mais clareza as prioridades em termos de ameaças e oportunidades existentes no ambiente externo”.

Nesse sentido, baseado nas respostas do presidente e diretores da associação foi elaborado uma análise Swot, da Associação Quilombola de Queimada, possibilitando assim evidenciar suas fragilidades e potencialidades.

Análise SWOT da Associação Quilombola de Queimadas

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

SWOT	AJUDA	ATRAPALHA
	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
INTERNO	- Certificação de comunidade remanescente de quilombola pelo Ministério da Cultura e pelo FCP – Fundação Cultural Palmares em 05/06/2015.	- Falta de participação nas reuniões por parte de alguns associados
	- 150 famílias associadas - Bom relacionamento da associação com alguns políticos e empresários de Guanambi e região.	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
EXTERNO	- Facilidade de aquisição de créditos junto a instituições financeiras.	- Incerteza política, possíveis redução de investimentos na área social.
	- Programas sociais voltados para o homem do campo. - Possibilidade de parcerias com o comércio regional e prefeituras.	- Divergência interna de opinião e falta de companheirismo.

Fonte: **Elaboração própria**

Com o intuito de conhecer melhor a associação, a pesquisa abrangeu perguntas para elaboração de uma análise Swot para uma possível sugestão de intervenção e propostas de melhorias do funcionamento da referida associação. Com base nesse diagnóstico é possível identificar a estágio atual, traçar medidas para possibilitar chegar aos resultados pretendidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a Associação Quilombola de Queimadas, consegue se organizar e formar uma associação coesa e comprometida na busca de seus interesses. A certificação foi ponto central para a consolidação da identidade da comunidade enquanto remanescente de quilombo, tornado ainda um fator que ajuda muito a comunidade perante o poder público. O número de associados também é relevante por que são 150 famílias associadas que

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

contribuem com um valor de 2,00 reais mensais. Os membros da diretoria tem uma boa rede de contatos com empresários e políticos, o que facilita na busca de seus objetivos.

No entanto a associação tem alguns pontos que precisam ser melhorados como maior participação de seus membros em reuniões e a necessidade de maior conhecimento na elaboração de projetos, uma vez que a maioria das solicitações são feitas por ofício. Nesse sentido, a elaboração detalhada de um projeto tem maior peso e chamaria atenção dos órgãos públicos de forma mais eficiente, além de poder demonstrar o potencial que a comunidade tem em desenvolver atividades econômicas.

Outro fator que também atua como um diferencial competitivo é o “selo Quilombos do Brasil.” A marca “Selo Quilombos do Brasil” foi lançado em 2009. É uma identificação de origem, que visa atribuir identidade cultural aos produtores de procedência quilombola, a partir do resgate histórico das relações da comunidade com determinada atividade produtiva. O selo busca fortalecer a qualificação dos produtos quilombolas por meio da identificação de origem, em articulação com rede já existente, que é o selo da Agricultura Familiar. Nesse sentido a comunidade desenvolvendo uma atividade econômica poderia utilizar o selo que seria também um diferencial competitivo e uma possível estratégia de marketing para garantir maior visibilidade dos seus produtos.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

7. REFERÊNCIAS

Associativismo. Incubadora Social. Santa Maria – RS. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/estudos culturais/arquivos/incubacao-cartilhas/CARTILHA%20ASSOCIATIVISMO.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2017.

ANDION, M. C. FAVA, R. **Gestão empresarial / Fae School**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Bom Jesus, 2002.

BUARQUE, S. C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável -.Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal, 1999.

Comunidades Quilombolas. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>. Acesso em 05 de julho de 2017.

Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's). Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 10 de junho de 2017.

FRANTZ, W. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação, 2002.

GALLO, A. R. *et al.* Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa a precarização do trabalho. Anais do Terceiro Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, Recife, novembro de 2000.

GIL, A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. -5 ed.- reimpressão- São Paulo: Atlas, 2006.

LAKARTOS, et al. **Fundamentos de metodologia científica**. - 7 ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

LEONELLO, J. Carlos. **O Associativismo como Alternativa de Desenvolvimento na Dinâmica da Economia Solidária.** Disponível em: <https://pt.slideshare.net/DeniseFeijo/o-associativismo-como-alternativa-de>. Acesso em 27 de junho de 2017.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008

LUECKE, R. **Estratégia**. Rio de Janeiro: Record 4ª ed, 2009.

MUMIC, B. *et al.* **A importância do associativismo na organização de produtores rurais.** Disponível em: <http://www.libertas.edu.br/revistas/index.php/riclibertas/article/view/61/77>. Acesso em 20 de junho de 2017.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SACK, Robert David. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, A. Marques. **Desafios no fortalecimento do processo da auto-organização comunitária na perspectiva da economia solidária: o caso da comunidade Quilombola da Tapera Melão**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17223>. Acesso em 05 de julho de 2017.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. Disponível em: http://www.oei.es/quipu/brasil/ec_inclu.pdf. Acesso em 05 de julho de 2017.

SCHIMIDT, R. Marcela. *Et al.* **Cooperativismo, uma alternativa de geração de renda para pequenos e médios produtores rurais**. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco09.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2017.

SOUZA, B. Oliveira. **Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários**¹. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf. Acesso em 30 de junho de 2017.

ZAPATA, T. *et al.* **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

TEORIAS ADMINISTRATIVAS E AS ORGANIZAÇÕES: UMA POLIFONIA NECESSÁRIA.

Gilson de Jesus Souza²

RESUMO

Esse trabalho trata-se de uma revisão de literatura com o objetivo de apresentar uma breve evolução das teorias administrativas, elencando suas principais abordagens teóricas e relacionando-as com as organizações modernas. Observa-se que na contemporaneidade ainda predomina resquícios do modelo clássico (taylorista/fordista) nas organizações, ao passo em que a globalização revolucionou o meio organizacional, necessitando para tanto de novas roupagens para os meios institucionais e conseqüentemente fazendo surgir novos desafios não só para os gestores, bem como para os colaboradores que passam a serem exigidos em maior produtividade e flexibilidade no ambiente de trabalho. Ao passo em que analisamos e conhecemos as teorias administrativas, nos é possibilitado vislumbrar a aplicabilidade de cada proposição no meio organizacional hodierno.

Palavras-chave: Teorias Administrativas; Gestão; Inovação; Organizações Contemporâneas.

INTRODUÇÃO

A evolução do pensamento administrativo é recente, tem origem no início do século XX, onde teóricos começaram a pensar nas diversas questões vinculadas às organizações. Diante do legado histórico de desvalorização do trabalho, que remonta desde os povos primitivos, esses teóricos buscaram então, através de análises do ambiente organizacional, uma conciliação entre o trabalho manual (tido como artesanal) e o trabalho intelectual (sistematizado cientificamente) ao passo em que onde predominava necessariamente atividades artesanais e de subsistência deu-se lugar as empresas e

² Graduado em Administração pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XII, Pós Graduando em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional pela UFRB – Cruz das Almas/BA, Pós Graduando em Marketing e Gestão Estratégica pela Universidade Cândido Mendes – RJ. e-mail: gilsoncardin@gmail.com

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

empreendimentos que desenvolveram o mercado e a sociedade ao longo dos anos após a Revolução Industrial.

Embora ainda num estágio inicial e desprovido de seus pressupostos básicos e profissionais, a administração surgiu das necessidades de gerenciamento das instituições/organizações e suas atividades econômicas decorrentes da Revolução Industrial que marcou a transição entre o sistema feudal para o sistema capitalista. Em contrapartida, esse marco possibilitou um ambiente necessário para o surgimento do trabalho especializado e o crescimento das cidades criando assim mercados consumidores e conseqüentemente a necessidade de atender as demandas dos mesmos, substituindo o processo artesanal de produção pela produção em massa.

Aliado a essas transformações na metodologia de trabalho e nos incrementos tecnológicos, novas relações sociais foram instituídas entre os homens. Nasce o trabalho assalariado como forma de pagamento pela venda da força de trabalho, remuneração essa correspondente ao que se julgava necessário para a sobrevivência do trabalhador, segregando também a propriedade dos meios de produção e a atividade produtiva.

Com a evolução dos estudos relacionados ao pensamento administrativo, culminou-se no amadurecimento e aperfeiçoamento dessas ideias e princípios, exigindo cada vez mais dos então “administradores” o desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos e técnicas administrativas completamente novas e que aumentasse a produtividade do trabalho, eliminando assim desperdícios e perda de tempo no processo produtivo.

Por meio de uma breve revisão teórica do campo, busca-se aqui apresentar nesse artigo uma breve introdução referente às Teorias Administrativas e suas peculiaridades, traçando conseqüentemente um paralelo com o atual estágio de desenvolvimento das organizações modernas. A relevância dessa abordagem se dá pelo fato de que o entendimento das organizações modernas decorre da construção do pensamento administrativo ao longo dos tempos por meio das várias Teorias Administrativas, tendo como base a Teoria Clássica e diante disso a exigência por profissionais com visão holística da organização tem se tornado cada vez mais latente.

Concepções Teóricas Administrativas e as Evoluções Necessárias

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

Concebida enquanto uma entidade social, as organizações são, por instância, constituídas de pessoas e recursos aglomerados em torno de objetivos comuns e que independentemente de seu tipo ou porte, precisa ser administrada para poder atender aos anseios de seus *stakeholders*.

Surge então no Século XX um conjunto de Teorias Administrativas que buscam representar como os então “gestores” percebiam a realidade do ambiente organizacional daquela época (MAXIMINIANO, 2010). Desse modo as Teorias Administrativas representam conhecimentos organizados e produzidos pela experiência dos gestores organizacionais em seus contextos. Os primeiros estudos voltados para o processo administrativo e organizacional focou primordialmente em torno de cinco variáveis, a saber: tarefas, estruturas, pessoas, ambiente e tecnologia. A evolução do pensamento administrativo ocorreu de modo que cada teoria enfatizou uma dessas variáveis, desprezando as demais.

Segundo Garcia e Bronzo (2000) as teorias são propostas de acordo com os contextos históricos em que estão inseridas, enfatizando os problemas mais importantes enfrentados na época em quem foram fundamentadas. Com isso a Teoria Geral da Administração é o resultado da acumulação das diversas teorias, com suas diferentes contribuições e enfoques, todas são válidas e podem ser aplicadas em qualquer época, desde que sejam feitas as devidas adequações, mesmo que cada uma em seu tempo valorize uma ou mais das cinco variantes. Por ordem cronológica temos as seguintes teorias:

- **1903 – Administração Científica** deu ênfase nas tarefas, procurando a racionalização do trabalho no nível operacional buscando a maneira pela qual uma tarefa pudesse ser mais bem realizada e entende que a motivação do empregado pelo trabalho decorre do ganho que desse incide, ou seja, considera o trabalhador como um homem econômico, motivado apenas a satisfação material. Teve como precursor Frederick Taylor. Apesar de ser severamente criticada ao longo do tempo, apresentou soluções industriais e um desenvolvimento econômico tanto para as empresas como para os empregados.
- **1916 – Teoria Clássica** deu ênfase à estrutura e buscou, através da definição de uma estrutura forma para a organização, solucionar os problemas não previstos pela Teoria Científica. Teve como representante Henry Fayol, pode se dizer que sua maior contribuição para a administração geral é as funções administrativas – prever, organizar,

comandar, coordenar e controlar – que são desempenhos essenciais do administrador ainda nos dias atuais.

- **1932 – Teoria das Relações Humanas** deu ênfase as pessoas, sendo Elton Mayo seu precursor. A Teoria das Relações Humanas representou uma reação natural ao sistema mecanicista das teorias Clássica e Científica. Preocupou-se principalmente com a existência dos grupos informais no ambiente de trabalho, identificando que não necessariamente o indivíduo é motivado por recompensas materiais, dependendo de outros fenômenos sociais como a interação no grupo informal.
- **1940 – Teoria da Burocracia**, que procurou definir um modelo de organização racional capaz de caracterizar todas as variáveis até então identificadas. Objetivou solucionar as crescentes complexidades organizacionais através de seus fundamentos, prevendo e padronizando o desempenho dos funcionários, aumento assim a eficiência dos mesmos. Seu criador foi Max Weber, cujos trabalhos apesar de serem datados do ano de 1909 só foram descobertos por vários outros pesquisadores e sociólogos anos depois.
- **1951 – Teorias dos Sistemas** teve como enfoque de estudo o ambiente, cujo principal autor foi Bertalanffy. Sintetizou a integração das teorias precedentes, através da aplicação dos conceitos da Teoria Geral de Sistemas à administração, com uma abordagem da empresa como um sistema aberto, ou seja, livre e interagente com o meio ao qual a mesma se encontra inserida.
- **1957 – Teoria Comportamental** deu ênfase aos aspectos endógenos do comportamento humano com base, principalmente, na motivação. Temos como seus principais representantes Chester Barnard, Herbert A. Simon, Abraham H. Maslow, F. Herzberg, Douglas M. McGregor.

Crescimento, complexidade e processologia organizacional

Em decorrência do crescente aumento na competitividade entre as organizações contemporâneas, nota-se um aumento significativo tanto no desenvolvimento quanto na oferta de soluções “prontas” para os problemas organizacionais. Contudo, com a implementação desses novos instrumentos de gestão percebe-se que as organizações da era do conhecimento levam certa vantagem sobre as demais, ao passo em que a tecnologia da informação assumiu um espaço vital dentro das organizações demonstrando sua conveniência em propiciar a competitividade almejada e necessária à sobrevivência e

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

ao crescimento organizacional. Destacam-se aqui alguns desses enfoques: abordagem contingencial, administração estratégica, administração por objetivos (APO) e administração participativa.

Apesar disso, deve-se levar em consideração os efeitos da globalização sobre as organizações modernas, na medida em que os empreendimentos crescem e passam a negociar além de suas fronteiras nacionais, tal processo integratório representa um aumento na competição, bem como de oportunidades para todos. Apesar disso, existem também outros fatores externos que impactam diretamente no desenvolvimento dos empreendimentos tais como a inflação, os impostos, juros, taxas de câmbio que são reflexos das políticas macroeconômicas, que nesse atual contexto competitivo exige das empresas um elevado índice de produtividade, com responsabilidade sustentável e consideráveis reduções nas suas margens de lucro.

A gestão organizacional é um processo interdependente do sistema funcional e para que um bom trabalho seja desempenhado pelo administrador, é relevante que este conheça e entenda como funcionam todas as funções administrativas: planejamento, organização, direção, motivação, controle, comunicação e liderança além das grandes áreas da gestão subdivididas em: gestão de pessoas, gestão de finanças, gestão mercadológica e gestão financeira. Salienta-se que para se ter uma efetiva gestão estratégica em qualquer organização, a base é a sinergia entre as funções administrativas.

Dada a elevada competitividade que a globalização impõe, faz se necessário que as organizações tenham uma base de conhecimentos sólidos para continuarem competitivas no mercado. Segundo Chiavenato (2000), é imprescindível que as organizações nesse contexto desenvolvam processos de análise organizacional examinando seus recursos financeiros, humanos, produtivos e mercadológicos e identificando conseqüentemente seus pontos fortes e fracos, fraquezas e oportunidades e, por conseguinte as possíveis alternativas para melhor aproveitar as oportunidades e enfrentar as ameaças que o meio oferece.

É nesse momento em que as competências e habilidades do administrador são postas em xeque, uma vez que será exigido do mesmo domínio sobre as funções administrativas de planejar, organizar, dirigir e controlar. Nesse sentido, Stoner e Freeman (1999) assevera que o ato de planejar relaciona se ao pensar antecipadamente nos objetivos e nas ações, sempre se baseando em métodos, planos ou lógicas, e jamais pelo

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

empirismo. O processo de organizar está diretamente relacionado com a alocação dos recursos e materiais no ambiente de trabalho, com a autoridade empregada e consequentemente o método de trabalho para alcançar eficientemente os objetivos organizacionais. O mesmo autor ainda resalta a importância da liderança na Administração, ao passo que liderar significa dirigir, influenciar e motivar seus colaboradores a realizar suas tarefas e, o controle basicamente atua como certificador de que as atividades desenvolvidas pelos colaboradores estejam conforme o planejado ou seguem um padrão predeterminado e levem de fato à conquista dos objetivos estabelecidos.

Com o advento da sociedade do conhecimento onde os processos de inovação e geração de novos conhecimentos são de grande relevância estratégica e representa um diferencial competitivo para as organizações no atual cenário competitivo global, possibilitou assim a difusão das TIC's que dentre outros benefícios possibilitam o uso e acesso à informações fazendo com que a transferência de conhecimentos entre as organizações criem elos cada vez mais fortes e as unam em torno de objetivos comuns, surgindo assim novos tipos de organizações como é o caso das cadeias e complexos industriais.

As flutuações de mercado e as inovações tecnológicas praticamente obrigaram as organizações a buscarem através do compartilhamento de ideias ferramentas e métodos que melhorassem seus processos produtivos e de inovação. Dentre esses métodos têm-se as cadeias produtivas como conjunto de etapas sequenciais onde os insumos são processados para dar origem ao produto final. Do ponto de vista técnico, as cadeias produtivas resultam-se da divisão do trabalho e interdependência dos agentes econômicos, ao passo em que necessitam de uma coordenação mais eficiente entre as atividades e possibilitam, por conseguinte maiores ganhos decorrentes da especialização das atividades, ou seja, os custos são reduzidos pela desintegração vertical das atividades e especialização técnica mantendo assim a margem de lucro e preservando os ganhos. E assim, as organizações têm buscado cada vez mais fortalecer esses seus vínculos cooperativos no intuito de promover mais investimentos em desenvolvimento e inovação.

Observa-se que essa colaboração tem por finalidade oferecer apoio e suporte, gerando benefícios para ambos numa situação onde todos saem ganhando. Conforme Brito e Leite (2008) afirmam, diversas são as empresas que tem se organizado nos chamados Arranjos Empresariais com o objetivo de criar ou consolidar vantagens

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

competitivas entre membros que os compõem, através da gestão compartilhada. Vale resaltar também que o entrelaçamento entre cadeias produtivas é muito comum, podendo ser agregadas em blocos ou como são mais bem denominados “complexos industriais” que representam essa união de cadeias produtivas de um mesmo produto.

Fazendo um recorte da realidade brasileira, perceber-se com facilidade a existência de diversas cadeias produtivas e complexos industriais, a citar: cadeia produtiva do leite, cadeia produtiva da mandioca, cadeia produtiva do algodão complexo produtivo do milho, complexo produtivo da laranja, complexo produtivo do açúcar e álcool dentre outros.

Ainda fazendo referencia a realidade brasileira, a lógica que se segue é de um processo evolutivo ou revolução industrial tardia, ainda marcado na contemporaneidade por traços artesanais ou do período colonial, sinal disso é que o país ainda tem seu maior percentual do PIB concentrado na agropecuária, ou seja, a economia brasileira tem nas atividades primárias a principal fonte de riqueza. Fazendo um recorte no tempo, os primeiros avanços no sentido de mudar esse panorama brasileiro se deram no governo de Getúlio Vargas pós-depressão de 1929, onde o despertou se a necessidade de mudar essa realidade de dependência de apenas uma atividade produtiva. Na sequencia teve os Cinquenta anos em Cinco de JK constituindo em um dos mais audaciosos planos de investimentos e industrialização da nação e por fim têm-se a abertura de mercado nos anos 90 com o Governo de Fernando Collor que de certo modo representam uns dos mais relevantes momentos históricos brasileiro.

Contudo, destaca-se aqui que não apenas no Brasil, mas também a nível global as mudanças “organizacionais” passaram a acontecer com maior frequência no pós Segunda Guerra Mundial. A partir desse marco, o mercado tornou-se cada vez mais dinâmico exigindo elevada capacidade de flexibilidade e adaptação a esse ambiente de incertezas, obrigando consequentemente as organizações a mudarem seus modelos de gestão e, como vimos anteriormente através da evolução das escolas/teorias administrativas, representam um modo de adaptação e sobrevivência dos empreendimentos contemporâneos.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

Conclusão

O sistema capitalista impôs ao mercado relevantes transformações nos últimos anos. A globalização é apontada como uma das mais importantes mudanças pelo fato de ter alterado praticamente toda uma ordem social vigente, impondo novos perfis, seja de consumidores ou de mercados produtores. Na medida em que as organizações precisam investir em inovação, tanto em produtos e serviços quanto em processos, seus gestores também precisam autodesenvolverem suas competências e habilidades para assim assegurarem a manutenção e participação de seus empreendimentos no mercado altamente especializado e competitivo.

A busca pela inovação enquanto diferencial competitivo não é uma prática recente das organizações, basta lembrar-se das teorias e princípios instituídos pelos precursores da Administração Taylor, Fayol e Henry Ford que enquanto gestores e empreendedores, respectivamente, de suas organizações procuraram inovar ou criarem condições que lhes pudessem proporcionar vantagens competitivas operacionais em relação ao demais concorrentes.

Não obstante, verifica-se que o perfil dessas inovações muda ao longo dos tempos, inicialmente observamos que os trabalhos de Taylor e Fayol constituíram-se de mudanças nas formas de trabalho, portanto, partindo-se de ideias com foco sempre na otimização dos processos e como consequência tendo o lucro através da efetividade de tais conceitos. Contudo, para que haja inovação necessariamente deve-se investir em conhecimento e, esse tem sido um dos grandes lemas das empresas no Século XXI que é a retenção de capital intelectual como forma de se manterem competitivas a ponto de rever seus conceitos sobre o funcionamento organizacional e posteriormente se reinventarem no sentido de implantarem uma cultura de aprendizado contínuo e cumulativo que gere não apenas produtos e serviços inovadores como também processos organizacionais e modelos de negócios ímpares.

Através dos estudos percebe-se que as teorias administrativas apresentam duas características distintas: ambientes estáveis ou sem mudanças constantes exigem organizações do tipo rígidas, já os ambientes mutáveis requerem organizações do tipo orgânicas que interajam com maior frequência e facilidade com o ambiente ao seu redor. A teoria clássica precursora das demais teorias administrativas preconizava os ambientes estáveis, por esse motivo a maioria das organizações do início do século foram

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus* XII – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

caracterizadas como mecanicistas e burocráticas por terem suas ações na maioria das vezes engessadas por medidas padronizadas e formulários.

Com a chegada do século XXI as mudanças impostas pela globalização, o mercado se tornou cada vez mais instável e turbulento exigindo das organizações cada vez mais agilidade e flexibilidade para se ajustarem às novas características ambientais. É nesse sentido que o modelo orgânico de organização ganha espaço e introduzindo características como a redução da centralização, do autocontrole e autodireção, dando mais autonomia para o colaborador desenvolver sua função bem como evoluir-se como profissional e existência de tarefas complexas e diferenciadas dos padrões até então adotados. Destaca-se ainda a grande ênfase dada no trabalho e desenvolvimento de equipes multifuncionais, autogeridas e empoderadas tão importantes quando se busca por organizações dinâmicas, inovadoras e de fácil adaptação ao seu ambiente externo.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA

Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, ano 3, número 6, jul./dez. 2018

ISSN 2526-7116

Referências

BRITO, A. M.; LEITE, M. S. A. **Discussão sobre as características dos diferentes**

Arranjos Empresariais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE

PRODUÇÃO - ENEGEP, 28. 2008. **Anais...** Rio de Janeiro – RJ, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto, **Introdução a Teoria Geral da Administração** - 6. ed. - Rio de Janeiro : Campus, 2000.

GARCIA, Fernando Coutinho; BRONZO, Marcelo. **As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações**.

Disponível em: <

http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2000/2000_ENEO2.pdf >. Acesso em: 18 de novembro de 2015.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital** – 6^o ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.